

46ª Reunião do
COMITÊ MUNICIPAL DE MUDANÇA DO CLIMA E ECOECONOMIA
em 19 de abril de 2016, às 09:30h, na UMAPAZ

PAUTA

Expediente:

- Leitura e aprovação da Ata da 45ª reunião ordinária, realizada em 16 de fevereiro de 2016
- Informes gerais
- Sugestões para inclusão nesta Pauta

Ordem do Dia:

- Aprovação do calendário de reuniões de 2016
- Apresentação “Mudanças Climáticas no Município de São Paulo e as ações de Proteção e Defesa Civil”, pelo Coordenador Técnico da Defesa Civil, geólogo Ronaldo Malheiros Figueira
- Apresentação do documento “Diretrizes para o Plano de Ação da Cidade de São Paulo para Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas”, pela Secretária Executiva do CMMCE, arquiteta Laura Lucia Vieira Ceneviva, para subsidiar a retomada da discussão de um plano de ação
- Sugestões de inclusão em outras Pautas

A reunião foi iniciada pela Secretária Executiva do Comitê, **Laura Ceneviva** que deu as boas vindas a todos e deu início ao primeiro item da pauta, passou a tratar da leitura e aprovação da Ata da 45ª Reunião do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia perguntando a todos se havia algum reparo a ser feito e não havendo nada a opor deu por aprovada a referida ata de reunião, passando a palavra ao Secretário Rodrigo Pimentel Pinto Ravena, Presidente do Comitê, para suas palavras de abertura.

Secretário Rodrigo Ravena declarou aberta a 46ª Reunião do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia e disse pretender retomar alguns assuntos e abrir novos debates para esse Comitê, esperando que com a ajuda de todos que possamos evoluir em alguns temas que serão apresentados nessa reunião, acrescentando que é preciso elaborarmos alguns planos de ação que dependerão, em grande medida, da participação de todos.

Laura Ceneviva perguntou a todos se havia algum informe a ser feito. Nada havendo, informou a todos que recebeu uma comunicação acerca da reunião plenária do IPCC ocorrida na semana passada, na qual o IPCC decidiu recomendar uma integração mais forte da avaliação dos impactos da mudança do clima nas cidades, e as suas oportunidades de adaptação e mitigação, e tornar mais robustas as considerações das cidades e do tratamento das questões regionais nos capítulos que estão focados em assentamentos humanos, áreas urbanas e assemelhados, incluindo através do engajamento avançado dos profissionais da área urbana. Informou que o Brasil, formalmente declarou interesse, juntamente com a Austrália, México, Argentina, África do Sul, Hungria, Paquistão, Dinamarca, na participação dessa avaliação dos impactos nas cidades e espera que tão-longo essas deliberações sejam publicadas, elas possam nos ajudar na gestão urbana. Após, passou a palavra ao Senhor

Horácio Almeida Pires, membro do Consórcio do Grande ABC e ex-Secretário de Meio Ambiente de São Caetano do Sul que possui um informe a ser feito.

Horácio Almeida Pires saudou a todos e disse que São Caetano terá seu inventário de emissões de gases de efeito estufa a partir do inventário que será realizado para os sete municípios do Consórcio do Grande ABC, a ser realizado pelo ICLEI. Haverá capacitação para realizá-lo como um projeto regional. Aproveitou para agradecer pelo convite para a reunião, para aproximar São Paulo de São Caetano. Informou ainda que foi criado o Comitê de Mudanças do Clima no Conselho Municipal de São Caetano, aproveitando para convidar a Secretária Executiva, Laura Ceneviva para participar em um evento lá.

Hamilton de França Leite Junior (representante do Sindicato da Construção Civil de São Paulo) fez dois convites a todos para uma missão na Floresta Amazônica, em 14 de julho para conhecerem uma área de exploração de madeira certificada e o outro foi para uma reunião a se realizar no dia 21 de junho para discutirem as ciclofaixas da cidade, onde o Thiago Benicchio que irá apresentar o seu relatório que fez sobre o tema.

Laura Ceneviva agradeceu pelos informes e disse existe sempre uma guerra na relação dos ciclistas com o comércio e ao mesmo tempo, os estudos mostram que, nas compras espontâneas, o ciclista possui comportamento de pedestre, no entanto, disse que não temos referência dessa potencialidade. Com relação ao informe do Horácio, informou que temos nos aproximado dos cinco consórcios da região metropolitana, buscando um envolvimento, uma troca em ações e em matérias de interesse comum relacionadas à mudança do clima. Questionando se havia algum outro informe e nada sendo dito, passou para a ordem do dia, primeiramente quanto à aprovação do **calendário de reuniões de 2016**, informando que se manteve o padrão que é o da reunião ordinária acontecer na terceira terça-feira de cada mês, com pequenos ajustes em função de feriados e perguntando a todos se havia alguma objeção. Nada sendo dito, ficou aprovado o calendário de reuniões para 2016. A seguir, passou para o segundo ponto da pauta que foi a apresentação do colega muito querido e qualificado, que é o Ronaldo Malheiros Figueira, que fez a apresentação "**Mudanças Climáticas no Município de São Paulo e as ações de Proteção e Defesa Civil**". Lembrou que a pauta tem a ver com a questão da elaboração do plano de ação, amplo, intersetorial, não apenas na ótica da reação, mas a gestão de risco. Precisamos elaborar um plano de ação ou pelo menos ter uma orientação para isso. Disse então, que tanto a fala do Ronaldo quanto a dela resgatando subsídios daquilo que já foi produzido, a seguir, ambas têm o objetivo final de pedir ao Comitê, a recomendação para esse futuro plano de ação e passou a palavra ao Ronaldo para que ele pudesse fazer a sua apresentação.

Ronaldo Malheiros Figueira (Coordenador Técnico da Defesa Civil) saudou a todos e agradeceu pelo convite, dizendo que ele é um dos fundadores da SVMA e está contente em rever grandes amigos presentes e quanto é importante estarmos tendo essa conversa. Disse que vêm trabalhando na Defesa Civil desde 2002 quando saiu da SVMA para trabalhar a questão da chuva, saiu por um tempo e retornou à Defesa Civil em 2014. Acrescentou que a discussão sobre o tema da apresentação vem de uma mudança de concepção da Defesa Civil, que é trabalhar com a Gestão de Risco, não mais com a Gestão de Emergência, existindo um marco regulatório que até justifica essa nova ótica de trabalho que é justamente, as mudanças climáticas na questão de política de Defesa Civil, aliás, Proteção e Defesa Civil. Acrescentou que iria falar rapidamente sobre os riscos que a cidade possui, da questão da chuva, dos extremos, da baixa temperatura e umidade e que estava na hora de começarmos a enxergar como a cidade tem que trabalhar na questão das mudanças climáticas. Acrescentou que é importante pontuar que, com relação à questão científica das mudanças climáticas, muitos estudos estão sendo feitos. No entanto, tem observado que isso não está chegando a quem precisa, principalmente às pessoas vulneráveis. Informou que houve um reforço no trabalho deles com o ingresso de 27 geólogos na Defesa Civil e a intenção que estes não fiquem somente na questão do risco, mas possam fazer a interface com outras Secretarias. Expôs sua preocupação com relação às chuvas ocorridas na região serrana do Rio de Janeiro em 2010 que deixaram um passivo ambiental de 1500 mortes em decorrência dela e o que poderia acontecer à cidade de São Paulo se o mesmo acontecesse aqui, diante da vulnerabilidade que ela tem. Falou que quando se fala em Defesa Civil, lembra-se sempre da questão da resposta, das mortes, do aconteceu, da mitigação, mas tem-se que trabalhar e incorporar a questão da gestão de risco. Disse que falar de uma política de proteção de Defesa Civil é integrar as políticas de ordenamento territorial, desenvolvimento urbano, saúde, meio ambiente, mudanças climáticas. Por isto que este tema faz parte dessa política, tem que se

integrar. Gestão de recursos hídricos, questão da geologia, infraestrutura, educação, ciência e tecnologia, e outras políticas setoriais. Falou da importância da articulação, da visão sistêmica que falta aos gestores, além de ações preventivas, planejamentos com base em pesquisa de estudos para conhecer os riscos e a participação da sociedade civil que precisa ser provocada a participar, lembrando ainda das diretrizes da ONU quanto a trabalhar com a prevenção e preparação. Disse que não se pode enfrentar qualquer risco ambiental, na cidade, sem conhecê-lo, sem avaliar o seu tamanho, pensar em medidas de prevenção estruturais e não-estruturais, confirmou que a falta de recursos é um problema sério, mas existe ainda um mal estrutural, que é a vontade política. Discorreu sobre a estrutura da Defesa Civil, dos planos de contingência e apresentando fotos de ocorrências de desastres naturais, de tragédias e falou que o grande desafio, hoje, é entender e dimensionar esse risco e/ou a possibilidade de se ter a ocorrência de um evento/desastre, dos prejuízos que se têm advindos dele. Declarou que existe uma relação onde se fala que cada investimento feito em saneamento, se economiza sete vezes em saúde, aproveitamento para questionar qual o valor de uma vida e é por isso que se deve ter muito claro na própria ação de gestão da cidade, então o devemos tirar o foco do desastre e levar o foco para gestão do risco e às políticas têm que estar voltadas para isso, têm que se estar preparado para as ocorrências, porque o inimigo é desconhecido. E a cidade, no processo que ela transformou, reflete essa situação de vulnerabilidade, dos seus riscos. Disse ainda da necessidade de se ter acesso a um mapeamento, a uma carta geotécnica, e outros instrumentos que vão nortear como essa cidade vai crescer naquilo que ainda falta o que precisa ser recuperado e fazer a intervenção onde é necessária. Disse da intenção de fazer um Plano Diretor da Defesa Civil com todos os riscos ambientais, geológicos, tecnológicos e pensar em um plano de ação que mesmo sem recursos, possa-se gerenciar os riscos e adaptar as pessoas a realidade, fazê-las conviver com esse risco, mas com segurança. Falou sobre os riscos atmosféricos, sobre as baixas temperaturas que ao diminuir no inverno atinge uma população de rua em torno de 16 mil pessoas vulneráveis e da importância de termos o Centro de Gerenciamento de Emergências - CGE que na verdade gerencia a meteorologia. Disse que a Defesa Civil tem trabalhado sobre o tema não somente para a chuva, mas para as baixas umidades e temperaturas, existindo inclusive um plano de ação voltado para o clima, sendo isso mais um desafio, a percepção à mitigação e adaptação. Discorreu sobre o “Plano Chuvas de Verão” criado para gerenciar as consequências da chuva na cidade que nos dois últimos anos, ele foi coordenado pela vice-prefeita e que ficava muito na esfera da Defesa Civil e da importância do diálogo com outras Secretarias e com a população e comunidades em risco, para que elas também possam se integrar ao trabalho deles. Esse plano tem uma origem muito interessante, de um programa da Saúde, chamado Vigiar. Que estuda as questões aí, dos agravos do clima, da poluição, à saúde pública, pois por exemplo, se temos momentos de baixa umidade, 12%, 9%, sabemos que teremos agravos à saúde da população. Lembrou-se que em 2013, o IPCC lançou o relatório da América do Sul do Caribe aqui no Einstein 1, onde começaram a anunciar aos governantes que a situação estava complicada, pontuando a questão das populações mais vulneráveis ou não aos efeitos dessa mudança, depreendendo que o recado era para os governantes pegarem as informações dadas e municiar a quem está nas áreas mais vulneráveis para se adaptar às essas mudanças e enfatizando para que essas discussões fiquem na academia ou em comissões como a nossa, ela tem que se desdobrar na educação, na ponta e, esse é o grande desafio da Defesa

¹ Em 16 de Agosto de 2013 o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas - IPCC lançou o Relatório Especial sobre Gestão dos Riscos de Extremos Climáticos e Desastres (SREX, na sigla em inglês) nas Américas do Sul e Central da América do Sul e do Caribe no Centro de Convenções Albert Einstein, onde houve um debate com a equipe de autores do IPCC-SREX, composta por pesquisadores de extremos climáticos, profissionais atuantes e experientes na área, gestores e líderes de instituições de prevenção a desastres e defesa civil de governos federais e estaduais da região. Foram discutidas as características dos impactos dos desastres em países em desenvolvimento e seus desafios, a necessidade de redução do risco de desastres para as economias nacionais e a política social, seu significado para as Américas do Sul e Central e se existe ação humana em alguns desses desastres. O Relatório Especial sobre Gestão de Riscos de Eventos Extremos e Desastres para o Avanço e Adaptação às Mudanças Climáticas (SREX, na sigla em inglês) foi preparado durante dois anos por 220 autores de 62 países, envolvendo os Grupos de Trabalho I e II do IPCC. O relatório completo está disponível para download, juntamente com outras informações sobre o relatório SREX: <http://ipcc-wg2.gov/SREX/>. Organizado em parceria com o IPCC, o Overseas Development Institute (ODI) e a Climate and Development Knowledge Network (CDKN), ambos do Reino Unido, e com o apoio da Agência de Clima e Poluição e do Ministério de Relações Exteriores da Noruega, o workshop fez parte de uma série de eventos de extensão que ocorrem ao redor do mundo entre abril e agosto de 2012, projetados para fornecer informações sobre os possíveis impactos de eventos climáticos extremos e os desastres por região, e sobre as opções para gerenciar os riscos potenciais deles decorrentes, conforme avaliação do Relatório Especial do IPCC.

Civil. Acrescentou que eles querem estar nessa discussão, incorporando esse olhar para a cidade, porque se isso não for feito, se as políticas não começarem a apontar para essa linha, se não houver uma integração, de amarrar uma coisa com a outra, de uma visão sistêmica, as coisas eram piorar para São Paulo. Finalizou informando que Instrumentos, ferramentas existem, bem como técnicos para tocar isso, o que falta é justamente essa vontade de levar as políticas a fundo. Agradeceu e se colocou à disposição.

Laura Ceneviva agradeceu a apresentação, dizendo ter apreciado muito e faz com que pensemos para poder confluir para propostas que vão sobrar para os nossos...

Secretário Rodrigo Ravena disse ao Ronaldo que ele apontou uma série de questões, e espera se pelo menos até o fim do ano, consigamos implementar alguma coisa, acrescentando que um dos debates importantes que se faz na Secretaria do Verde e que está aprendendo com os técnicos, é que se as políticas não forem transversais e se continuarmos com políticas isoladas para cada situação de risco não chegaremos a lugar nenhum. E que esses fóruns servem para isso, mas tem que ir além dele, precisamos trabalhar de outra forma para uma cidade como São Paulo. Não adianta pontos isolados de atuação, isso resolve naquele momento, é necessário ampliar esse debate, encontrar outros caminhos para finalizar já que o dinheiro é curto e trazer a sociedade civil para dentro da gestão pública e, em parceria, implementar políticas de atuação de maneira transversal. Disse que isto está na linha de tudo aquilo ele vem assistindo, debatendo, conversando com a Laura e com os técnicos da Secretaria do Verde e nas reuniões dos organismos, das cidades brasileiras, do C40. Estamos caminhando e acha que a cidade tem que começar a entender que este é o único caminho, senão teremos muitos problemas.

Laura Ceneviva agradeceu e abriu a palavra aos presentes.

Dirceu Rioji Yamazaki (representante da Secretaria de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos) saudou a todos e parabenizou pela apresentação, dizendo que tecnicamente concorda com tudo que foi dito, mas questionou se o Plano Diretor do Município de São Paulo está de acordo com esse conceito e até que ponto ele leva em consideração todos esses conceitos dessa apresentação.

Ronaldo Malheiros Figueira solicitou o apoio da Patricia Marra Sepe, já que não acompanhou o Plano Diretor, já que estava muito enfurnada na questão apresentada.

Patrícia Marra Sepe (representante da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano - SMDU) saudou a todos e relatou que trabalhou por muitos anos da Secretaria do Verde e há cerca de três anos foi para SMDU, mas antes de responder fez ponderações das dificuldades, disse que existem três ou quatro questões importantíssimas no marco regulatório do ordenamento territorial da cidade: temos o Plano Diretor, a Lei de Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo, o Código de Obras, os Planos Regionais e os Planos de Bairro e cada um deles trabalha em escalas bastante distintas. Disse que do ponto de vista do Plano Diretor, desde o anterior, trabalhou-se muito fortemente com a lei da Política Nacional da Defesa Civil, inclusive houve a inserção de um novo artigo em 2012, segundo o qual todas as cidades precisariam ter uma carta geotécnica e que todo Plano Diretor da cidade teria que se basear em uma cartografia geotécnica. São Paulo possui uma carta geotécnica feita na gestão da Prefeita Erundina, ainda atual, mas tem algumas questões de problema de escala, mas foi amplamente utilizada na definição tanto do macrozoneamento do Plano Diretor quanto na definição das macro-áreas ambientais. Contudo o Plano Diretor é apenas uma diretriz, mas acredita que a grande batalha foi a Lei do Zoneamento, chamando atenção dos membros do Comitê para o Código de Obras que está em Projeto de Lei na Câmara Municipal para ser discutido. Disse ter plena convicção de que ele atende à todas essas diretrizes, o mapeamento do macrozoneamento, das macroáreas foi super focado na cartografia geotécnica, nos atributos, entre outros. Quanto à Lei de Uso, acredita que é preciso fazer alguns comentários, mais o Código de Obras, porque isso vai descendo até a escala do lote e a própria ocupação de cada lote, pois o conjunto de várias intervenções pontuais pode causar ou uma situação exitosa ou uma situação super conflituosa. Informou que a cidade de São Paulo foi convidada a apresentar a experiência do Plano Diretor nessa discussão de risco e do uso da cartografia geotécnica no Congresso Latino Americano de Riscos. No entanto, disse que, quando chegamos ao dia-a-dia, na disputa entre os interesses, o problema é a Lei de Uso e o Código de Obras.

Ronaldo Malheiros Figueira retrucou dizendo que falava do Plano Diretor de Defesa Civil que é o instrumento onde se insere todos os riscos existentes em São Paulo, vendo a cidade como um todo e

que há contingências, citando que a Carta Geotécnica do Geo-Sampa está aberta a todos. Com relação ao que exposto pela Patricia Sepe quanto ao Plano Diretor também o preocupa, pois se formos avaliar o que existe de dispositivos legais, normativos de planos, contudo existe uma distância entre o que os governantes se apropriam disso e o que colocam em prática, baseadas nas políticas. Questionou o que irá acontecer com tudo isso. Disse saber que a cidade possui vários interesses, como por exemplo, dentro das áreas mais vulneráveis existe uma pressão de ocupação dos movimentos sociais, buscando moradia. Lembrou-se que na época do SOS Mananciais na década de 90, entrava-se na área para retirar piquete, mas hoje para visitarmos uma área de risco, precisamos pedir autorização para o poder paralelo e a cidade começa a se dilacerar com toda essa pressão. E como olhar para esse problema sem pensar em uma política habitacional ou uma política de segurança? Uma política até de envolver os municípios, não se importando muito com as fronteiras. Disse que os instrumentos existem, o que falta é amarrar tudo isso e alguém que o direcione.

Tânia Ferreira (representante da Secretaria de Estado de Energia e Mineração) questionou se existe um plano preventivo de ocupações irregulares, porque muitos dos riscos que foram apontados resultam dessas ocupações, citando como exemplo que há uma semana existe uma ocupação irregular no Vale do Anhangabaú e em todo o Viaduto do Chá e quais as providências que a Prefeitura ou mesmo o a Defesa Civil toma nessa questão e se há um monitoramento disso.

Ronaldo Malheiros Figueira informou que a Defesa Civil, dentro da sua estrutura, nada tem a fazer, porque como falou a questão dos problemas é da própria gestão da cidade, envolvendo várias políticas, nesse caso, avocam-se auxílio de outros setores da Administração Pública dentro de suas competências. Acredita que esse problema é em decorrência de não se ter políticas mais incisivas, não só em São Paulo, mas no Estado de São Paulo que estão muito aquém da velocidade desse processo de ocupação, é preciso termos outras políticas de congelamento de áreas para podermos abarcar tudo isso. Disse que precisaria conversar com essa representante da Secretaria de Energia e Mineração a respeito de algumas minerações e pedreiras, principalmente depois do ocorrido na cidade de Mariana, devido a informação de constituição de um grupo para discutir o assunto, informando a ela que possui uma análise dessas barragens, do ponto de vista geotécnico.

Tânia Ferreira disse que o Grupo de Trabalho já apresentou um relatório final, já existindo algumas ações a serem tomadas. Informou que o Plano Estadual de Energia publicado em 2012 está em fase de revisão e que o Secretário de Estado de Energia convidou alguns dos Conselheiros para que indicassem representantes para os Comitês Técnicos nas áreas de Energia e Renováveis, Petróleo e Gás, então aproveitou para convidar os membros do Comitê a participar ou indicar representantes. Informou que são um grupo de geólogos que poderiam responder tecnicamente e que estiverem inclusive com o Ministério Público na semana passada, para resolver algumas questões que demandam nesses riscos geológicos.

Ronaldo Malheiros Figueira disse que existe uma portaria da Agência Nacional de Águas – ANA que cobra o monitoramento das barragens e o evento ocorrido na SABESP demonstrou que existe uma fragilidade muito grande e questionou como está o olhar da Secretaria Estado de Energia e Mineração para as barragens do Alto Tietê, tendo em vista o seu nível de armazenamento subir de 35% para 90% em uma determinada noite, resultando em sua abertura como medida correta de segurança muito bem tomada pela Sabesp, então questionou como é que está o Plano de Contingência dessas barragens, pois quando isso ocorreu houve um boato que gerou pânico na população local de que as comportas seriam abertas e que isso acabaria afogando-as. Conversou-se com o Coronel da Defesa Estadual e é por isso a importância da integração dos órgãos para dirimir essa dúvida, mas é preciso conversar mais como está o trabalho, porque sabe como são as barragens e são para essas vulnerabilidades existentes na cidade que tem que estar preocupados.

Tânia Ferreira disse que conversou com o Prefeito e possui todos esses relatórios na Secretaria e que os técnicos poderão nos assessorar em todas essas dúvidas. Informou que possui, inclusive, um Plano de Mapeamento do território do Estado georreferenciado e estão à disposição de todos.

Laura Ceneviva agradeceu muitíssimo pela apresentação, cujo tema tem muita proximidade nas atividades desenvolvidas pelo Comitê que procura se articular com seus membros, na busca de respostas ou caminhos. Logo após, passou para o próximo ponto de pauta que é a apresentação do documento “**Diretrizes para o Plano de Ação da Cidade de São Paulo para Mitigação e Adaptação às Mudanças Climáticas**”, pela Secretária Executiva do CMMCE, arquiteta **Laura Lucia**

Vieira Geneviva, para subsidiar a retomada da discussão de um plano de ação. Acrescentou que essa apresentação não traz novidades, mas só recupera um conjunto de informações e questões já trabalhadas pelo Comitê, pretendendo recolocar a discussão à mesa. Questionando o que se irá fazer ou que os membros recomendam que o Poder Executivo faça? Relembrou que esse Comitê foi criado em 2005. Com o advento da Política Municipal do Clima, em 2009, o Comitê foi recriado por essa lei. Em 2010, houve a constituição dos Grupos de Trabalho para discutir as questões inseridas na lei, tendo seu relatório sido publicado em 2012, o resultado dos Grupos de Trabalho nos setores Transporte, Energia, Resíduos, Saúde, Construção e Uso do Solo, trabalho esse que redundou nas diretrizes para o Plano de Ação da Cidade de São Paulo, para mitigação e adaptação às mudanças climáticas. Disse que a questão da mitigação está mais ligada ao Governo Federal, pois é o controle do perfil de emissões do país que entra nas negociações internacionais, enquanto a adaptação está mais ligada aos governos locais, pois cabe aos Prefeitos responder à demanda imediata da população. Existindo, portanto interesses e circunstâncias bastante diferenciadas para controle da mitigação e para as medidas de adaptação, e ambas precisam ser feitas, atentando para as competências de cada ente federativo e o alcance que essas podem ter. Disse que apesar das informações serem de 2008, e muito ter ocorrido, temos que nos apropriar dessas novas informações, acrescentando que os Professores Tércio Ambrizzi e a Maria de Fátima Andrade são o representantes da Universidade de São Paulo – USP no Comitê, são do INCLINE que é o Grupo de Trabalho do Clima no Instituto de Astronomia Geofísica e Ciências Atmosféricas – IAG, coordenado pelo Tercio, e possuem muitas informações que podem ser trazidas para o Comitê. A seguir, iniciou a apresentação de um pequeno resumo das propostas de cada um dos seis grupos de trabalho. No caso do grupo de trabalho de transportes, está a priorização do uso do transporte coletivo, a troca da matriz energética, o fortalecimento do uso de combustíveis renováveis, energia limpa, investimentos em sistemas de transporte de média e alta capacidade, recuperação do sistema existente, racionalização do sistema de baixa capacidade, foco em pedestre e ciclista, articulação e integração intermodal, melhoramento cicloviário, qualificação de benefícios econômicos, sociais e ambientais, além da quantificação das emissões do sistema e seus componentes, ou seja, parte expressiva já foi realizada, mas questionou o será feito agora. Do GT Resíduos, mencionou a redução da geração de resíduos, incentivo à coleta seletiva e compostagem, melhoria de logística reversa, elaboração do plano e o quanto essa questão avançou com a ampliação das unidades de tratamentos de resíduos e da vida útil dos aterros sanitários, as parcerias com as cooperativas de catadores. No GT Saúde, priorização da saúde ambiental por meio de monitoramento de fatores de risco, implementação de controle de doenças sensíveis ao clima, algumas delas citadas pelo Ronaldo, lembrando ainda apresentação por membros da Secretaria de Saúde que demonstrou a correlação direta entre o aumento de temperatura e mortes. Citando ainda outras recomendações como sistema de monitoramento de fatores de risco, preparação de ações de contingência para enfrentamento de desastres naturais, vigilância em saúde ambiental, voltada aos agravos transmitidos por vetores de zoonoses, e aperfeiçoamento do sistema de vigilância ambiental. Informou que em 2014 foi publicado o 5º relatório de avaliação do IPCC, onde demonstrava o aumento crescente da temperatura média do planeta nos últimos mil anos e, tendo como cenários mais otimistas, o aumento de 1,4 °C e o mais pessimistas em 5,8°C, com uma variação de 6 graus desde a última era glacial a cerca de 12 mil anos, concluindo que sem esforços adicionais de mitigação, o aquecimento até final do século XXI levará a um alto, ou muito alto risco de severos, amplos e irreversíveis impactos, globalmente. Falou que os riscos associados com temperaturas de 4 graus centígrados ou acima, incluem severos impactos em sistemas ameaçados únicos, substancial extinção de espécies, grandes riscos para a segurança elementar regional e global, e consequentes restrições às atividades humanas comuns, probabilidade aumentada de ocorrência de pontos de não-retorno, e potencial limitado de adaptação em alguns casos. Chamou a atenção para duas formas de dizer que são muito características desses assuntos. São pontos de não-retorno, ou seja, a gente agir ou deixar de agir até atingir o ponto que o sistema climático, que os biomas atinjam pontos de não-retorno e que irá ser irreversível mudar, e ninguém sabe o que vai acontecer. E também a implantação de políticas no-regrets. Ou seja, ninguém sabe muito bem o que fazer, mas o que quer que você faça, faça a política que vai impedir o futuro arrependimento por ter deixado de fazer, ou por ter feito alguma coisa que não devia ter feito. Alguns riscos da mudança do clima. Os riscos a sistemas únicos ou ameaçados, riscos associados a eventos climáticos extremos, são moderados a altos, em temperaturas de 1 a 2 graus centígrados em relação a níveis pré-industriais. Essa definição foi do final de 2014. Demonstrou as variações das precipitações com intensas variações, as concentrações crescentes dos gases de efeito estufa decorrentes das atividades nos setores combustíveis fósseis,

silvicultura e outros usos da terra, do desmatamento. Disse que o perfil de emissões relaciona-se com a cultura local e a forma ou modo de produção local, informando que no Estado de São Paulo, o uso da terra influi brutalmente, mas na cidade de São Paulo a nossa maior emissão maior é no setor energia, seguido do setor resíduo, não tendo mais a influência dos gases industriais, tendo em vista as poucas industriais situadas em seu território. Relatou que o Brasil é único no mundo a fazer o corte drástico nas emissões, que vieram da diminuição do desmatamento .A Intended Nationally Determined Contributions – INDC, que é a pretendida Contribuição Nacionalmente Determinada, prevê a redução de 37% de redução total de emissões, até 2025. 2025 é já. E 43% de redução até 2030. Destacou a participação da bioenergia na matriz energética brasileira para, aproximadamente, 18% até 2030, significando mais biocombustíveis, mais etanol, mais biocombustíveis de segunda geração, e mais biodiesel na mistura do diesel. Destacou ainda três pontos essenciais que o governo brasileiro afirma que vai acontecer. Alcançar participação de aproximadamente 45% de energias renováveis na composição da matriz energética em 2030, através de fontes renováveis além da hídrica de 28 a 33% até 2030. Expandir o uso doméstico de fontes de energia não-fóssil, na energia elétrica, para, ao menos, 23% até 2030. Acrescentou que iremos alcançar 10% de eficiência do setor elétrico, e promover medidas de eficiência, melhorias na infraestrutura de transportes, e no transporte público, em áreas urbanas. Disse que, quanto ao setor AFOLU, Agricultura, Floresta e Uso do Solo, prevê-se o cumprimento do Código Florestal, com desmatamento ilegal zero até 2030, além de restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares até 2030, ampliar manejo sustentável e floresta nativa, o plano de agricultura de baixa emissão de carbono, restauração de pastagens degradadas, e integração lavoura-pecuária-floresta. Na indústria, promover novos padrões de tecnologias limpas e ampliar medidas de eficiência energética, e de infraestrutura de baixo carbono. Questionou dentre esses compromissos, quais realmente irão acontecer e, se for feito, sobrar a questão da energia a ser tratado, mas essa não é uma questão municipal. Informou que o Governador da Califórnia propôs ao município de São Paulo esforços adicionais que implicariam zerar o nosso perfil de emissões até 2050. Agora, na COP mesmo, vejam, foi feita a discussão de como as cidades podem ajudar a obter as INDCs? Relatou que o próprio Painel Brasileiro de Mudanças Climáticas está fazendo as recomendações propostas pelo Comitê, além de outras coisas que foram feitas e outras como o Plano Nacional de Adaptação que esteve em consulta pública e que faz recomendações para os municípios. Mas ele possui um certo grau de generalidade que precisa ser apropriado para o nosso território, mesmo os planos setoriais de mitigação e adaptação, no setor construção, indústrias e atividades muito já foi produzido. Disse existir várias coisas que foram produzidas e podem ajudar a revisão para redundar em algum plano de ação, enfim existe um monte de coisas que precisam ser analisadas e apropriadas ao momento presente e gostaria de receber dos membros presentes, recomendações, considerações ou propostas de como o Comitê deverá agir, de forma a levar às recomendações para um plano de ação. Informou ainda que está em curso a licitação para o novo Inventário de Emissões de Gases de Efeito Estufa e pretende realizar outras atividades ligadas a ele, seja um plano de ação, seja o próprio inventário ou a comunicação municipal. Finalizando a apresentação de tudo que foi exposto, quais as recomendações ou reflexões que podemos fazer.

Hamilton de França Leite (representante do Sindicato da Construção Civil do Estado de São Paulo) parabenizou pela apresentação e disse que é importantíssimo participarmos da construção desse inventário de emissões de São Paulo, de forma a chegar aos setores e que é preciso destrinchar a emissão de energia nos respectivos setores como o imobiliário, da construção e operação de edifícios.

Laura Ceneviva esclareceu que se pretende fazer uma consulta pública acerca do edital, lembrando que o inventário será feito tanto pelo IPCC quanto pelo GPC, começando pelo GPC e depois pelo IPCC, sendo mais fácil ter essa visão setorial, mas será uma tarefa é enorme. Quanto ao solicitado pelo Hamilton, disse nesse processo de produção de informação, e mais adiante, de definição de um plano de ação, precisaremos dessa articulação com os membros do Comitê. Questionando novamente o que fazer um Plano de Ação, pediu sugestões. Perguntou se deveríamos refazer os grupos de trabalho do Comitê. Solicitou refletissem sobre isso.

Patrícia Marra Sepe que realmente é necessário que ponderemos sobre isso, mas acredita que estamos em uma realidade um pouco diferente daquela situação, porque apesar de estarmos com o mesmo número de componentes à época dos antigos grupos, um grande número de grupos dificulta a participação, lembrando que alguns grupos avançaram muito, mas outros grupos nem se

conversavam. Sugeriu que sabe, pensarmos em grandes eixos ou em algo para a adaptação, um Plano de Ação para Adaptação e outro para Mitigação, mas em outra abordagem

Laura Ceneviva concordou em gênero, número e grau e esclareceu que o objetivo dessa reunião era suscitar essas questões, a partir da atividade absolutamente consequente da Defesa Civil, que o Ronaldo mostrou e passar para a ótica de gestão de risco, porque é inequívoco que a mudança climática acontecerá e devemos pensar dentro desse novo arcabouço, não só legal, institucional, mas do conhecimento, que já foi angariado até o momento. Lembrou que o Prefeito assinou o Pacto dos Prefeitos, iniciativa mundial de combate à mudança do clima e um plano de ação deverá ser elaborado, ou com a participação do Comitê ou pela Prefeitura diretamente. Deixa em aberto a questão de como discutir um Plano de Ação que será necessário.

Igor Albuquerque (representante do Governos Locais pela Sustentabilidade – ICLEI) disse que como São Paulo se comprometeu com o Pacto de Prefeitos, em breve, o ICLEI irá testar uma ferramenta, já utilizada nos Estados Unidos para elaboração de inventários e planos de ação. Disse que, como São Paulo já possui o inventário, essa ferramenta poderia ser útil criando um plano de ação, esclarecendo que ela ainda não foi testada no Brasil, mas em breve estará disponível em português. Acrescentou que caso a cidade queira utilizar essa ferramenta, o ICLEI poderá dar um suporte ao grupo ou à estrutura que o Comitê crie para elaboração do plano de ação.

Patrícia Marra Sepe fez algumas ponderações a respeito de um estudo sobre os planos de ação de algumas cidades e se impressionou bastante com o de Nova Iorque, mas havia outras cidades que faziam uma coisa crucial que era a avaliação econômica desse plano de ação, o que nunca fizemos, informando da grande dificuldade de se monetarizar políticas e planos de ação.

Eduardo Aulicino (técnico da UMAPAZ) sugeriu chamar o Grupo de Trabalho que está fazendo a readequação, a atualização, a mudança no Código de Edificações que é o regramento da construção da cidade, informando que qualquer ato feito nesse regramento impactará absurdamente, então acreditava que era o momento de sabermos quais as modificações serão feitas e quanto impactará no meio ambiente.

Laura Ceneviva agradeceu pela sugestão e passou para próximo ponto de pauta quanto às sugestões de inclusão em outras pautas e nada sendo dito, deu por encerrada a reunião, agradecendo muito pela presença de todos, finalizando dizendo o Comitê está aberto à todas as considerações que possam ser encaminhadas para reflexão desse plano de ação.

LISTA DE PRESENÇA DA 44ª REUNIÃO CMMCE EM 17/11/2015

MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES

- Igor Castelhana / **Conselho Internacional para Iniciativas Ambientais Locais –ICLEI**
- Tânia Ferreira / **Secretaria de Energia e Mineração do Estado de São Paulo**
- Dirceu Rioji Yamazaki / **Secretaria de Saneamento e Recursos Hídricos do Estado de São Paulo**
- Hamilton de França Leite Junior/Sindicato das Empresas de Imóveis do Estado de São Paulo –**SECOVI SP**
- Rafael Carvalho de Moraes / **Secretaria Municipal de Finanças e Desenvolvimento Econômico – SF**
- Maria Helena Braga Brasil / **Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras – SIURB**
- Patrícia Marra Sepe / **Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano –SMDU**
- Lygia Cecília Cunha / **Secretaria Municipal da Saúde – SMS**
- Ronaldo Tonobohn / **Secretaria Municipal de Transportes – SMT**
- Rodrigo Pimentel Pinto Ravena / **Secretaria Municipal do Verde e Meio Ambiente - SVMA**

MEMBROS DO COMITÊ PRESENTES POR REPRESENTAÇÃO

- Susete Taborda representando Américo Calandriello Junior / **Secretaria Municipal da Habitação – SEHAB**
- Andréa de Miranda Barquette representando Alessandra Santos Rosa / **Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Trabalho e o Empreendedorismo - SDTE**
- Ana Beatriz Miraglia representando Roberto Nami Garibe Filho / **Secretaria Municipal de Infraestrutura Urbana e Obras - SIURB**

OUTROS INTERESSADOS PRESENTES

- Meire Mattos / **ONG Natureza Viva**(estudante)
- Horácio Almeida Pires / **Consórcio ABC – Prefeitura São Caetano do Sul**
- Adalberto G. Back / **UFSCar**
- Rose Marie Dumas / **Unicersité Laval , Canadá**
- Ivonete Pereira / **Defesa Civil**
- Beloyanis Monteiro / **SOS Mata Atlântica**
- Vanessa Lima Nunes Dias / **COMASP – Sinduscon – SP**
- Vanessa Bozzetti / **Belas Artes**
- Ellen Simonini / **SMRIF**
- Ângela Maria Branco / **SMDU**
- Natacha Nogueira / **FIESP**
- Francisco Maciel / **CIOESTE**
- Lucia N. Simoni / **SVMA/Deplan**
- Fernando Escubero / **Escudero Consultoria**
- Sonia M.V. Coutinho / **FSP / USP**
- Ivan Souza Moraes / **Rede Nossa São Paulo – GT Meio Ambiente**
- Estela Bonini / **SMS / COVISA**
- Maria Helena Sozzi Godoy / **Sub. Vila Mariana**
- Ricardo J Oliveira / **UMAPAZ**
- Deodoro Antônio Oliveira Vaz / **SVMA-DEPLAN 2**

Rodrigo Pimentel Pinto Ravena

Presidente do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo

Laura Lucia Vieira Ceneviva

Secretária Executiva do Comitê de Mudança do Clima e Ecoeconomia do Município de São Paulo